

INTRODUÇÃO

FLEXIBILIZAÇÃO E PRECARIZAÇÃO: formas contemporâneas de dominação do trabalho¹

Graça Druck*

A temática deste dossiê – flexibilização e precarização do trabalho – sintetiza os diversos processos de transformações e de inovações no âmbito da organização do trabalho, das políticas de gestão e no campo do mercado de trabalho, como fenômenos que se mundializaram, mesmo apresentando especificidades nacionais e regionais.

A flexibilização e a precarização do trabalho, conforme os conteúdos apresentados nos diferentes artigos, que retratam recortes e realidades empíricas diversas, só podem ser compreendidas como fenômenos indissociáveis, pois os indicadores analisados para França, Japão, Brasil, Bahia ou Pernambuco demonstram, de forma conclusiva, o crescimento ou desenvolvimento do trabalho flexível e precário em todos esses lugares.

Além disso, as análises aqui reunidas apresentam um balanço da última década – dos anos 90 –, período em que se desenvolveram, de forma intensa e também globalizada, os processos de reestruturação

¹ Agradeço a todos os autores que colaboraram neste Caderno, aceitando e respondendo prontamente ao convite que lhes fiz. Agradeço à prof. Ângela Borges, pesquisadora associada do CRH, por sua especial colaboração na leitura deste dossiê. Meus agradecimentos à prof. Anete Ivo, editora da revista, pela oportunidade de realizar esse trabalho.

* Professora do Departamento de Sociologia e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais/UFBA, pesquisadora do CRH e do CNPq.

produtiva e de aplicação das políticas de cunho neoliberal. No interior desses, destacou-se a implementação dos padrões de organização e de gestão do trabalho inspirados no modelo japonês, ou toyotismo, cujos principais resultados já podem ser avaliados, já que, no caso dos países centrais, são trinta anos a contar do início da reestruturação e, no caso do Brasil, são decorridos quase vinte anos desde que as primeiras empresas começaram a adotar esse modelo. Assim, trata-se de um balanço para **além da crise do fordismo**, já que a reestruturação produtiva e as políticas neoliberais tinham por objetivo responder à crise, na tentativa de estabelecer um novo padrão de gestão do trabalho e do Estado.

É possível afirmar que a resposta à crise do fordismo não só não resolveu a crise como a aprofundou. Os processos de reestruturação produtiva e os novos padrões de gestão do trabalho e do Estado desenvolveram-se sustentados centralmente na flexibilização do trabalho. Assim, para Harvey (1992)², há uma transição histórica, constatada a partir do início dos anos 70, impulsionada pela crise do fordismo – como regime de acumulação – e pelo surgimento de um regime de **acumulação flexível**, cujo desenvolvimento não tem implicado a superação ou substituição do fordismo por outra forma de regulação, à medida que combina as novas tecnologias e formas organizacionais flexíveis com padrões tipicamente fordistas. Essa transição, que tem na flexibilização da produção e do trabalho as mudanças mais visíveis, só pode ser explicada por um outro fenômeno, qual seja, “... o florescimento e transformação extraordinários dos mercados financeiros”, com a gradativa hegemonia do capital financeiro no desenvolvimento do capitalismo, na atual conjuntura.

Assim, a crescente flexibilidade do trabalho, em todo o mundo capitalista, evidenciada na subcontratação (terceirização), no emprego temporário, nas atividades autônomas, na informalidade, nas cooperativas de trabalho e em outras formas de trabalho assalariado disfarçado – práticas flexíveis de emprego e dos mercados de trabalho –

² HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Ed. Loyola, 1992.

constituem formas concretas de flexibilização que se difundem em todas as atividades e lugares, associadas a processos de desindustrialização e de descentralização geográfica das fábricas. Essas práticas representam novas necessidades do sistema, num contexto de hegemonia da lógica financeira, que exige maior mobilidade para os capitais e processos produtivos menos rígidos e cada vez mais flexíveis, estimulados por investimentos e resultados de curto prazo.

Para Harvey:

Embora as raízes dessa transição sejam, evidentemente, profundas e complicadas, sua consistência com uma transição do fordismo para a acumulação flexível é razoavelmente clara, mesmo que a direção (se que é que há alguma) da causalidade não o seja. Para começar, o movimento mais flexível do capital acentua o novo, o fugidio, o efêmero, o fugaz e o contingente da vida moderna, em vez dos valores mais sólidos implantados na vigência do fordismo. Na medida em que a ação coletiva se tornou, em consequência disso, mais difícil – tendo essa dificuldade constituído, com efeito, a meta central do impulso de incremento do controle do trabalho –, o individualismo exacerbado se encaixa no quadro geral como condição necessária, embora não suficiente, da transição do fordismo para a acumulação flexível. (...) (Harvey, 1992, p. 161)

As seis contribuições que integram o dossiê deste Caderno analisam, a partir de objetos e recortes teóricos diferentes, essas transformações.

Antunes defende a tese de que há uma crise estrutural do capital e que a sua reorganização, através da acumulação flexível, sustenta-se no padrão toyotista de organização do trabalho, o que resulta numa intensificação do trabalho em grau inédito. E demonstra que, nos mais diversos setores de atividade – na indústria e nos serviços –, em países diversos, a flexibilização do trabalho tem levado a novas formas de estranhamento (alienação). Isso porque o conteúdo ideológico dessas novas práticas é constituído pelo “... culto de um **subjetivismo** e de um ideário fragmentador que faz apologia ao individualismo exacerbado contra as formas de solidariedade e de atuação coletiva e social”.

É nessa perspectiva que o capital busca retomar seu patamar de acumulação e de dominação global. As experiências da Califórnia, do Norte da Itália, da Suécia e da Alemanha, bem como a ocidentalização do modelo japonês, demonstram concretamente as práticas para atingir esses objetivos. É o que se observa, por exemplo, com o apregoadado desenvolvimento dos processos de “qualidade total”, como “expressão *fenomênica, involucral, aparente e supérflua* de um mecanismo produtivo que tem como um dos seus pilares mais importantes a *taxa decrescente do valor de uso* das mercadorias, como condição para a reprodução ampliada do capital e seus imperativos expansionistas”. Assim, segundo Antunes, a **acumulação flexível** se fundamenta num padrão organizacional e tecnológico avançado, que implementa novas técnicas de gestão da força de trabalho, as quais buscam “...o ‘envolvimento participativo’ dos trabalhadores, em verdade uma participação manipulatória e que preserva, na essência, as condições do trabalho alienado e estranhado”, ao tempo em que aprofundam a alienação dos que se encontram em condições precárias – na situação do desemprego ou de formas inseguras e incertas de inserção.

Hirata e Prêteceille discutem os principais modelos teóricos dos estudos sobre a reestruturação econômica na França e as formulações acerca da exclusão, precarização, flexibilização e insegurança no e do trabalho. Salientam que, apesar do crescimento do desemprego e da redução dos postos de trabalho, a maioria dos pesquisadores franceses reafirma a centralidade do trabalho que, mesmo ausente, continua a ser tomado como referência na construção das identidades sociais.

Um dos pontos centrais destacados pelos autores é a “dupla transformação do trabalho aparentemente paradoxal”. Ou seja, de uma parte, os modelos de organização exigem estabilidade e envolvimento dos indivíduos no processo de trabalho (autonomia, iniciativa, responsabilidade, comunicação) e, de outra, os vínculos empregatícios que se tornam cada vez mais precários e instáveis. No entanto, essa aparente contradição é desfeita pelos resultados de pesquisas sobre

condições de trabalho e sobre os impactos das mudanças no trabalho sobre a saúde, cujos resultados demonstram que a flexibilização e a precarização predominam em todos os âmbitos, pois se constata uma degradação das condições de trabalho e uma forte intensificação do trabalho que ocasionam sérios problemas de saúde. Isso porque o apelo ao “subjetivismo” e o envolvimento do trabalhador não o poupa de sofrer, ao mesmo tempo, a ameaça permanente de precarização e fragilização do seu emprego e do seu salário. Essa tensão constante e crescente vivida pelos trabalhadores é um dos determinantes da degradação geral do trabalho e do emprego na França.

Nesse contexto, os estudos apontados pelos autores também demonstram que a fragilidade e a insegurança no emprego determinam uma atitude de distanciamento frente à ação coletiva e às lutas sindicais, e ainda incentivam a busca por soluções individuais, o que tem dificultado – mas não impedido – a ação dos sindicatos. Um último aspecto tratado por Hirata e Prêteceille, mas não menos importante, são os grupos sociais mais atingidos pela precarização, nos quais se destaca a condição das mulheres, dos jovens, dos idosos e dos imigrantes. São todos afetados em graus diferentes de precarização. E apontam também a desestabilização de profissões e categorias que, até num passado recente, eram consideradas privilegiadas (ou estáveis), a exemplo de postos de comando na hierarquia das empresas (gerentes, executivos, coordenadores, especialistas de nível superior, etc). Enfim, trata-se da generalização da precariedade, que atinge globalmente todos aqueles que vivem do trabalho.

Situando as suas reflexões nesse mesmo contexto mais geral do caráter das transformações do trabalho e do emprego, Machado problematiza o conceito de informalidade diante dos processos de reestruturação produtiva em desenvolvimento hoje, na realidade brasileira, cujas implicações estão reconfigurando as relações de assalariamento. Defende que a noção de informalidade perdeu capacidade analítica e que está sendo substituída pelo conceito de empregabilidade

e empreendedorismo, o que indica a presença de “... novos modos de exploração capitalista, cuja característica mais fundamental é a individualização e a subjetivação dos controles que organizam a vida social, inclusive a produção material”.

Assim, suas reflexões vão na mesma direção dos estudos franceses (Hirata e Prêteceille), pois confirmam que a empregabilidade e o empreendedorismo sustentam-se na flexibilização, representada pela exigência de uma polivalência do trabalhador para desempenhar funções diversas, já que é necessário manter a competitividade, através da autonomia profissional e da independência pessoal, constituindo um novo tipo de trabalhador, cuja qualidade maior é a sua capacidade de se adaptar a um processo de constantes mudanças, na condição de “empresário de si mesmo”. Trata-se, segundo Machado, da gestão de uma nova cultura do trabalho, com um forte conteúdo ideológico que busca convencer (ou “domesticar”) a todos de que só há um caminho a seguir: a adaptação ao risco e à insegurança, como “normas” da sociedade flexível.

Vale recorrer a Sennett (1999)³, que analisa as implicações dessas transformações sobre os indivíduos que trabalham, sugerindo que essa “revolta contra a rotina” aparenta uma liberdade que é enganosa, pois

... o tempo nas instituições e para os indivíduos não foi liberado da jaula de ferro do passado, mas sujeito a novos controles do alto para baixo. O tempo da flexibilidade é o tempo de um novo poder. Flexibilidade gera desordem, mas não livra das limitações (...) Uma estrutura de caráter bastante diferente surge entre os que exercem o poder dentro desse complicado regime moderno. Eles são livres, mas é uma liberdade amoral. (Sennett, 1999, p.69).

Nessa “vida flexível”, viver sob riscos, viver sob pressão permanente, num quadro de intensificação e sobrecarga de trabalho, constituem o motivo central do Karoshi – morte súbita por excesso de trabalho – no Japão. Esse é o tema discutido por Franco, que apre-

³ SENNETT, Richard. **A corrosão do caráter – conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo**. Rio de Janeiro: Record, 1999.

senta esse fenômeno como um dos resultados mais preocupantes hoje do “modelo japonês” ou toyotismo, cujas implicações sobre a saúde têm sido discutidas em todo o mundo. A autora apresenta as informações e pesquisas reunidas no livro “Karoshi”, publicado no Japão em 1990. Nesses estudos, informa-se que, na organização do trabalho, os fatores mais determinantes do Karoshi são aqueles típicos do trabalho flexível que o padrão toyotista impõe:

... as longas horas trabalho; as excessivas horas extras; as escalas irregulares de trabalho; o trabalho até altas horas da noite; o excesso de viagens a trabalho; as substituições de pessoal; as transferências para outras localidades, as transferências para empresas afiliadas e as transferências solitárias de trabalho, isto é, sem a companhia da família; além da excessiva duração e “infemal” qualidade do trajeto moradia/trabalho/moradia (Kuroiwa & Kawahito, 1990).

Essas situações não são vividas apenas no Japão, mas são amplamente encontradas em vários países e, em particular, no Brasil.

Apoiando-se nas formulações de Christophe Déjours para a França e de Edith Seligman-Silva para o Brasil, Franco reforça a tese de que se está “longe do fim do trabalho”, o que é evidenciado por um conjunto significativo de pesquisas (nacionais e internacionais), e que o processo crescente de precarização das condições de trabalho decorre do excesso (e não da falta) de trabalho.

A reconfiguração das formas de dominação do trabalho, as formas de ocupação, emprego e desemprego, sintetizadas na flexibilização do trabalho mostram – através do exemplo dos trabalhadores japoneses – como o capital, nesse contexto da acumulação flexível, ultrapassa os limites da vida humana, colocando em risco a própria existência de milhões de homens e mulheres que vivem do trabalho.

A contribuição de Borges e Druck apresenta um balanço de uma das principais práticas do modelo japonês ou toyotismo – a terceirização. Com base em pesquisas empíricas recentes e em dados de fontes secundárias para a Grande Salvador, as autoras fazem um balanço dos anos 90, tomando como referência um artigo publicado no início da década (1993), no qual defendiam que a terceirização já se

apresentava como uma das modalidades mais eficientes de dominação do capital sobre o trabalho, à medida que tinha por objetivo imediato a redução de custos, sustentada na “racionalidade no uso da força de trabalho”, como resposta a uma situação de crise econômica e política no Brasil. Para as autoras, a terceirização pode ser considerada como a principal política de gestão e organização do trabalho no interior da reestruturação produtiva, pois permite concretizar o que mais tem sido propagado pelas estratégias empresariais e pelo discurso empresarial: os “contratos flexíveis”.

Os dados indicam que, nos anos 90, o mercado de trabalho da RMS foi negativamente afetado pelo processo de terceirização, traduzido em dois movimentos: um que transfere trabalhadores das grandes para as pequenas empresas ou para a informalidade, e que é acompanhado de uma elevação do desemprego e dos vínculos precários e instáveis; e outro que leva à deterioração dos postos de trabalho restantes nas grandes empresas. Esse segundo movimento é, em grande parte, tributário do primeiro, na medida em que foi a precarização das condições do mercado de trabalho por ele provocada que tornou possível às grandes empresas quebrar a resistência dos seus trabalhadores e dos seus respectivos sindicatos, impondo-lhes uma rápida deterioração da qualidade dos empregos no núcleo duro do mercado de trabalho regional.

Lima e Soares retomam e problematizam os conceitos de informalidade e de setor informal, contextualizando-os na América Latina e nos países periféricos. Afirmam que, no quadro da flexibilização e desregulamentação do trabalho, surge uma “nova informalidade”, denominada pelos os autores de “flexibilidade dos novos tempos”, que congrega trabalhadores oriundos do mercado formal, com uma característica que a diferencia de outras épocas, pois deixa de ser uma situação transitória para ser definitiva.

Os autores apresentam um estudo de caso – um cluster do vestuário localizado no interior de Pernambuco –, responsável por 60%

da produção do vestuário do estado, e analisam as mudanças sofridas nesse setor, no quadro da globalização e das novas formas de inserção da economia nacional e regional. Para Lima e Soares, o “novo informal” redefine a velha informalidade, pois, no caso do cluster do vestuário estudado, constataram que, diante das novas bases de competitividade, houve uma certa tendência à formalização dos contratos de trabalho, já que algumas unidades foram obrigadas a se “legalizar”, embora convivendo com a informalidade mais típica dos “fabricos” – a produção familiar tipicamente informal. Um processo que demonstra a combinação de formas diversas de trabalho e de emprego características da flexibilização.

Os trabalhos apresentados na seção **Artigos** também tratam de processos de flexibilização e de precarização, como é o caso da análise sobre gênero e mercado de trabalho em Salvador, em que os autores (Souza, Rodarte e Filgueiras) concluem sobre a redução das desigualdades entre gêneros nos anos 90, explicada fundamentalmente pela precarização da inserção dos homens no mercado de trabalho, embora demonstrem também que houve uma melhora da inserção das mulheres, devida, entre outros fatores, à elevação de sua escolaridade.

O artigo sobre o trabalho bancário (Druck *et al*) evidencia as radicais transformações ocorridas nos bancos, setor que sofreu uma das mais completas reestruturações no Brasil, através de uma intensa automação e da implementação das práticas toyotistas, cujos resultados – no âmbito nacional – foram a demissão de centenas de milhares de bancários e, para os que ficaram, uma situação de riscos e insegurança permanentes.

Já Guimarães analisa a manifestação das mudanças econômicas no âmbito das famílias e unidades domésticas, revelando os impactos sobre as formas de inserção de homens e mulheres no mercado de trabalho, comparando regiões metropolitanas brasileiras. Apresenta os primeiros resultados de pesquisa sobre os trabalhadores informais na

cidade de Salvador, revelando a importância das relações familiares para a inserção e a permanência na informalidade.

Na seção de **Comunicações**, dois trabalhos realizados por alunos de graduação e de iniciação científica demonstram a importância dessa experiência para a formação de jovens pesquisadores. Um dos textos (Santos) apresenta algumas reflexões sobre a subjetividade operária e a centralidade do trabalho; o outro (Durães) traça considerações sobre o trabalho informal, analisando os primeiros resultados de pesquisa recentemente concluída por equipe do CRH.

O terceiro trabalho (Lemos) sintetiza as conclusões de uma dissertação de mestrado em C. Sociais, que estudou uma experiência realizada em empresa petroquímica no período de 1986-92, após a primeira greve dos petroquímicos da Bahia, que buscou transformar a organização taylorista do trabalho, instituindo mecanismos de participação dos trabalhadores e de condições melhores de trabalho, através da construção de um novo modelo de recursos humanos. As lições dessa experiência apresentadas pela autora comprovam os limites de “uma revolução” no trabalho, além de demonstrar que o fim dessa tentativa foi acelerado com a reestruturação da empresa e sua toyotização.

No conjunto, os trabalhos aqui reunidos afirmam a centralidade do trabalho na sociedade atual, comprovada pelas metamorfoses que o trabalho e os trabalhadores vêm sofrendo em tempos de flexibilidade, já que as questões propostas refletem um esforço que objetiva identificar o que há de novo nessas formas de trabalho e de emprego, para explicar o (novo) contexto social na atualidade do mundo globalizado.

Assim, no capitalismo flexível, as transformações no e do trabalho – e sua flexibilização – estão redefinindo a própria existência humana, cujo principal resultado é a perda de valor e de sentido na relação entre os próprios homens. A perda da lealdade e do compromisso mútuo, que só podem ser estabelecidos numa relação de longo prazo,

as dificuldades de criar laços ou de definir o que tem valor duradouro numa sociedade do imediatismo, do aqui e agora, do presente contínuo configuram uma realidade em que os homens e mulheres-que-vivem-do-trabalho se fragmentam, se separam, se individualizam e, dessa forma, ficam “à deriva”. (Sennett, 1999)

No entanto, se a realidade se põe tão perversa e difícil para aqueles que vivem do trabalho, é importante citar Holloway (1997, apud Antunes) e o próprio Antunes, que afirmam ser a alienação uma expressão contraditória no capitalismo, devendo ser compreendida como *processo*, pois é também expressão de luta e resistência. Assim, se a “alienação é a produção do capital realizada pelo trabalho”, ela deve ser entendida “*como atividade, estando sempre em disputa. Em outras palavras, a alienação é a luta do capital para sobreviver, a luta do capital para subordinar o trabalho (...), é a luta incessante do capital pelo poder. A alienação não é um aspecto da luta de classes: ela é a luta do capital para existir*”. O processo de alienação é, portanto, vivenciado cotidianamente pelo trabalho, e a desalienação é parte imprescindível desse processo, é “*a incessante rebelião da atividade contra a passividade, do ser contra o sofrimento. É a expressão da revolta da atividade contra a sua condição estranhada.*”

Por fim, a seção **Pontos de Vista** conta com um texto que debate sobre um dos mais importantes temas da conjuntura nacional e internacional, isto é, a posição do Brasil frente à ALCA – Área de Livre Comércio das Américas –, de autoria do Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães. Nesse texto, ele apresenta os argumentos e contra-argumentos acerca da não participação do Brasil nas negociações da ALCA.

Para o Embaixador,

...a natureza dos três desafios que a sociedade brasileira tem de enfrentar com a maior urgência e eficiência, que são reduzir com firmeza as disparidades sociais e regionais, eliminar as crônicas vulnerabilidades externas e realizar o potencial brasileiro, exigem políticas ativas do Estado na área comercial, industrial, de emprego, de tecnologia, de orientação do capital estrangeiro, de desempenho dos detentores de patentes, de promoção agressiva das exportações e de substituição de importações, políticas que a ALCA impedirá.

Uma estratégia de desenvolvimento eficaz para o Brasil, um verdadeiro projeto nacional baseado nas necessidades da sociedade e não nos desejos das empresas multinacionais e de seus Estados de origem, somente é possível se o Brasil não participar da ALCA. E, portanto, não há porque continuar a participar das negociações, cujo resultado será necessariamente adverso...

Uma Campanha contra a ALCA vem se desenvolvendo no país e nas Américas. Em plebiscito realizado recentemente, que contou com cerca de dez milhões de votantes, 98% respondeu que o Brasil não deveria assinar o tratado da ALCA, e 96% que o governo brasileiro não deveria continuar participando das negociações da ALCA. Esses resultados expressam uma vontade política de mudança, afirmando que é possível construir uma outra realidade, alternativa à flexibilização e precarização do trabalho e da sociedade.